



SEÇÃO ARTIGOS LIVRES

O discurso sobre políticas públicas relacionadas à educação de pessoas com deficiência visual na primeira Revista Brasileira para Cegos (RBC)

The discourse on public policies related to the education of people with visual impairments in the first Brazilian Magazine for the Blind (RBC)

Jefferson Gomes de Moura¹
Evelyn Goyannes Dill Orrico²
Eliezer Pires da Silva³

RESUMO

O presente estudo se dedicou à análise do discurso do primeiro exemplar, publicado em 1942, da *Revista Brasileira para Cegos*, periódico em braille do Instituto Benjamin Constant. Em leitura inicial, percebeu-se que a publicação traz conteúdos acerca de políticas públicas da época, relacionadas à educação de pessoas com deficiência visual, cujos reflexos serão observados décadas à frente. A partir daí se pretendeu então reconstruir, por meio das marcas discursivas presentes no periódico, a memória das políticas da atualidade, refletidas nas páginas da revista. As políticas públicas utilizadas na observação foram três, produzidas pelo Poder Executivo Federal para aplicação em âmbito nacional: Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 1994); Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008); e Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (Brasil, 2020). A escolha dessas políticas ocorreu em função da sua abrangência e influência na elaboração de outras políticas nos demais entes federativos. A ferramenta utilizada para a investigação do *corpus* foi a análise do discurso de vertente francesa, que tem como seu principal expoente o filósofo francês Michel Pêcheux (1938 – 1983). A escolha da metodologia de análise ocorreu tendo em vista que o discurso, para Pêcheux, é construído na sociedade, no processo de luta entre classes sociais antagônicas, com as suas diversas ideologias. A análise da revista revelou que o conteúdo sobre as ações políticas ligadas à temática da deficiência visual, nos anos 40, traz consigo marcas discursivas de políticas públicas distintas (assistencialismo, educação especializada, educação inclusiva), que se entrecruzam ou se chocam, produzindo efeitos, quais sejam, a efetivação dos direitos para as pessoas com deficiência visual enquanto cidadãos. É importante ressaltar que esse processo continua nos dias de hoje, refletido nas políticas públicas de 1994, 2008 e 2020. O presente artigo se apresenta como desdobramento

1 Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) – Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO (PPGMS-UNIRIO)
E-mail: jefmoura@gmail.com

2 Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) – Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
E-mail: orrico.evelyn@gmail.com

3 Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) – Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Doutor em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
E-mail: eliezerpires@gmail.com



da pesquisa realizada durante o mestrado, concluído em 2020, do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Revista Brasileira para Cegos. Deficiência Visual. Políticas Públicas. Memória Discursiva. Análise do Discurso Francesa.

ABSTRACT

The present study was dedicated to analyzing the discourse of the first copy, published in 1942, of the *Brazilian Magazine for the Blind*, a Braille periodical from the Benjamin Constant Institute. Upon initial reading, it was noticed that the publication presents content about public policies of the time, related to the education of people with visual impairments, the effects of which will be observed decades ahead. From then on, the aim was to reconstruct, through the discursive marks present in the periodical, the memory of current policies, reflected in the magazine's pages. There were three public policies used in the observation, produced by the Federal Executive Branch for application nationwide: National Policy on Special Education (Brasil, 1994); National Policy on Special Education from the Perspective of Inclusive Education (Brasil, 2008); and National Policy on Special Education: Equitable, Inclusive and with Lifelong Learning (Brasil, 2020). The choice of these policies occurred due to their scope and influence on the development of other policies in other federative entities. The tool used to investigate the corpus was French discourse analysis, whose main exponent is the French philosopher Michel Pêcheux (1938 – 1983). The choice of analysis methodology occurred considering that discourse, for Pêcheux, is constructed in society, in the process of struggle between antagonistic social classes, with their different ideologies. The magazine's analysis revealed that the content on political actions linked to the theme of visual impairment, in the 1940s, brings with it discursive marks of different public policies (welfare, specialized education, inclusive education), which intertwine or clash, producing effects, namely, the realization of the rights of people with visual impairments as citizens. It's important to note that this process continues today, reflected in the public policies of 1994, 2008 and 2020. This article presents itself as an outcome of the research carried out during the master's degree, completed in 2020, of the Postgraduate Program in Social Memory at the Federal University of the State of Rio de Janeiro.

Keywords: Brazilian Magazine for the Blind. Visually Impaired. Public Policy. Discursive Memory. French Discourse Analysis.

Introdução

A *Revista Brasileira para Cegos* (RBC) é um periódico trimestral, produzido e distribuído em braille pelo Instituto Benjamin Constant (IBC) desde 1942 para pessoas cegas. Possui tiragem com cerca de 3.200 unidades e é distribuído gratuitamente para todo o território nacional e para mais de 20 países (Publicações [...], 2013). Constitui-se em importante meio de acesso das pessoas cegas à palavra escrita, tendo em vista que, juntamente com a revista infantojuvenil *Pontinhos* (1959), também editada em braille pelo IBC, são os dois periódicos nacionais no Sistema Braille mais antigos em circulação.



Figura 1. Capas das revistas RBC e Pontinhos



Fonte: Acervo pessoal (2021).

A publicação da primeira Revista Brasileira para Cegos coincide com um dos períodos mais difíceis da história recente. No ano de 1942, o mundo estava em plena Segunda Guerra Mundial, conflito que ocorreu entre 1939 a 1945. Essa dura realidade foi retratada nas páginas da publicação em matérias como “Aos brasileiros da quinta coluna”, criticando os apoiadores do regime nazista em território nacional e em “Eu bombardeei a Alemanha”, narrando uma missão bem sucedida da força aérea britânica (Revista Brasileira para Cegos, 1942). A RBC também mostra o contexto político vivido pelo Brasil daquela época, com o Estado Novo, período ditatorial centralizado na figura do presidente Getúlio Vargas, que perdurou de 1937 a 1945 (Fernandes, c2022).

Na década de 40, foram veiculadas no Brasil duas publicações direcionadas ao público em geral, que guardam semelhanças com a RBC. Tratavam-se das revistas “Fon Fon” e “O Cruzeiro”. Essas publicações traziam matérias jornalísticas, receitas culinárias e curiosidades. Nenhuma delas possuía formato acessível ao público com deficiência visual, não permitindo, portanto, de forma autônoma, a leitura dos seus conteúdos por esse público (Moura, 2011).

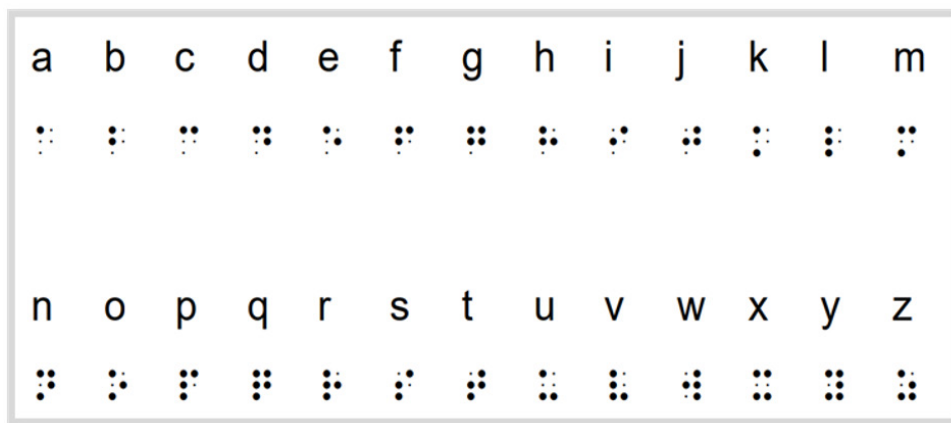
Figura 2. Capas das revistas *Fon Fon!* e *O Cruzeiro*



Fonte: Moura (2011, p. 9).

Nos dias atuais, as publicações no Sistema Braille (conjunto de seis pontos em relevo, cujas 63 combinações formam o código para a leitura e escrita, desenvolvido por Louis Braille em 1825) ainda são escassas no Brasil, restringindo-se às iniciativas de instituições públicas, de entidades sem fins lucrativos ou vinculadas ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Nesse sentido, a RBC é importante veículo de comunicação escrita para a pessoa cega.

Figura 3. Representação do alfabeto na escrita convencional e em braille



Fonte. Grafia Braille para a Língua Portuguesa (2018, p. 23).

Dada a importância desse periódico pioneiro na divulgação de informações no sistema de leitura e escrita da pessoa cega, contribuindo, pela via da leitura em braille, para o processo educativo, o presente estudo se dedicou à análise do discurso do primeiro exemplar da RBC (*Revista Brasileira para Cegos*, 1942).

Na pesquisa desenvolvida durante o mestrado em Memória Social, com o título “A Memória sobre Deficiência Visual na *Revista Brasileira para Cegos* (RBC)” (Moura, 2020), percebeu-se que a RBC número 1 traz conteúdos que refletem as políticas públicas relacionadas à educação de pessoas com deficiência visual que serão observadas décadas à frente. O que se pretendeu, então, neste artigo, foi reconstruir, por meio das marcas discursivas presentes no periódico, a memória das políticas públicas da atualidade refletida nas páginas da revista. Para este trabalho, considerar-se-ão políticas públicas como um conjunto de ações e programas implementados pelo Estado, visando garantir a efetividade dos direitos estabelecidos na legislação (Macedo, 2018).

As políticas públicas utilizadas são três, produzidas pelo Poder Executivo Federal para aplicação em âmbito nacional: Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 1994); Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008); e Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (Brasil, 2020). A escolha dessas políticas ocorreu em função da sua abrangência e influência na elaboração de outras políticas nos estados e municípios.



A ferramenta utilizada para a investigação do *corpus* foi a Análise do Discurso (AD) de vertente francesa, que tem como seu principal expoente o filósofo francês Michel Pêcheux (1938 – 1983). A escolha da AD francesa deveu-se ao fato de o discurso, para Pêcheux, ser construído na sociedade, no intrincado processo de lutas entre classes sociais antagônicas, com os sujeitos e suas diversas ideologias (Pêcheux, 1997).

Dessa forma, a construção do discurso da RBC acerca das políticas públicas foi analisada pelo aspecto das lutas travadas na sociedade, uma vez que a pessoa com deficiência visual trilhou – e ainda trilha – um longo caminho para a conquista e afirmação de direitos.

2 Políticas públicas relacionadas à educação de pessoas com deficiência visual

A vida em sociedade, com a convivência de uma diversidade de indivíduos, cada um com suas necessidades vitais e interesses, ora distintos, ora convergentes, implica a necessidade da elaboração de regras. Seria impossível a coexistência, destinada ao bem comum, em um determinado agrupamento (família, comunidade, Estado) sem um conjunto de normas que estabeleçam limites e proteções aos direitos individuais e coletivos.

Com esse intuito, o Estado elabora políticas públicas, que são medidas tendentes ao desenvolvimento da sociedade, englobando o fomento e a proteção dos cidadãos, respeitando suas liberdades individuais, naquilo que não conflitam com o interesse coletivo. Na seara da deficiência visual, aquelas são as medidas do poder público para salvaguardar direitos, tais como a vida, a liberdade, o acesso e a permanência nos sistemas de ensino, dentre outros, ao passo que proveem mecanismos para o desenvolvimento de cidadãos plenos, células ativas da sociedade.

O Brasil registra, desde a sua independência, em 1822, uma série de políticas públicas direcionadas à pessoa com deficiência visual. O marco mais importante ocorreu ainda no século XIX, em 1854, durante o governo imperial, no segundo reinado, com a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant (IBC), pelo Decreto Imperial nº 1.428, de 12 de setembro de 1854 (Brasil, 1854). Este, atualmente, é um órgão público do Ministério da Educação (MEC), sendo centro de referência nacional nas questões da deficiência visual (Instituto Benjamin Constant, 2007).

Mais próximo dos nossos dias, destacam-se três políticas públicas nacionais relacionadas às pessoas com deficiência visual, elaboradas pelo Poder Executivo Federal. A primeira delas, publicada em 1994, é a Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 1994). Quatorze anos depois, a segunda política, produzida em 2008, é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008).



As duas políticas apresentam como principal diferença o protagonismo atribuído às escolas especializadas, que são instituições nas quais se aplicam currículos, metodologias e materiais especializados específicos para uma determinada deficiência. Na política de 1994, instituições especializadas como o IBC tinham papel fundamental na integração dos alunos com deficiência na rede regular de ensino, pois sua matrícula nessas instituições era incentivada, tendo em vista que seriam aceitos nas escolas regulares somente os alunos que pudessem acompanhar o ritmo escolar com os demais. Nessa política, o termo utilizado para denominar a pessoa com deficiência é “portador de deficiência”, em referência a um modelo médico de assistência e profilaxia para o tratamento das deficiências.

Já na política de 2008 (Brasil, 2008), o papel das escolas especializadas entrou em um plano secundário, pois o documento declara que todos os alunos com deficiência deverão ser, obrigatoriamente, matriculados na rede regular de ensino. Assim, a escola regular não pode recusar sua matrícula. Para as escolas especializadas, a política reserva o papel de Atendimento Educacional Especializado (AEE), realizado no contraturno do aluno. Nessa política, é empregado o termo “pessoa com deficiência”, nomenclatura utilizada atualmente, presente na Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão) (Brasil, 2015). Esse termo coloca em evidência a “pessoa”, com a deficiência em segundo plano, valorizando seu potencial de desenvolvimento.

A terceira política pública, editada em 2020 pelo Decreto nº 10.502/2020, é a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (Brasil, 2020). Nesse documento, propõe-se um modelo híbrido entre a educação especializada e a educação inclusiva. Considera que, em consonância com o texto constitucional, presente no art. 208, inciso III (Brasil, 1988), a educação da pessoa com deficiência se dará “preferencialmente” na rede regular de ensino. Dessa forma, a política pública de 2020 defende que a matrícula na rede regular ou na escola especializada seja uma decisão da família ou do aluno com deficiência. Essa política também utiliza o termo mais atual, “pessoa com deficiência visual”. Foi amplamente criticada por associações e especialistas, tendo a sua eficácia suspensa pelo Supremo Tribunal Federal. Posteriormente, foi revogada pelo Decreto nº 11.370/2023 (Brasil, 2023). Com a revogação da política de 2020, atualmente a política de educação de pessoas com deficiência em vigor é a de 2008, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Feita a apresentação das políticas, na seção seguinte, delinearam-se os principais conceitos da ferramenta de análise utilizada para a investigação da primeira *Revista Brasileira para Cegos*. Em seguida, com a análise do *corpus*, pretendeu-se observar os fundamentos dessas políticas a partir do discurso da primeira RBC.



3 Análise do discurso de vertente francesa

Conforme apresentado na introdução, a vertente francesa de análise observa o discurso na sociedade. Não está preocupada com sua concepção biológica, ou seja, como as palavras se originam na mente e se articulam em frases para os falantes de uma determinada língua. Tampouco como as frases, períodos e orações estão estruturados. O que importa para a AD francesa são as redes de sentidos, firmadas pela repetição semântica ao longo do tempo, no desenrolar do processo de materialismo histórico (Pêcheux, 1997).

O materialismo histórico é um conceito importado da teoria marxista, desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels, importante para a compreensão da dinâmica do discurso. Nele, a história é percebida na sociedade por intermédio da luta de classes sociais em oposição. É materialista pois leva em consideração os aspectos econômicos, já que o modo de produção condiciona a história, molda as ideologias, o que, em outras palavras, significa observar a realidade (materialidade) dos sujeitos em conflito. Opõe-se ao idealismo, no qual o curso da história está no campo das ideias (Marxismo-Leninismo, c2021).

Outro conceito fundamental, utilizado por Pêcheux na AD, são os aparelhos ideológicos do Estado, teoria desenvolvida por Louis Althusser (1980). Segundo Althusser, esses são as estruturas institucionalizadas para a difusão e o controle das ideologias, capazes de exercer influência sobre a população, de forma a perpetuar a existência do aparelho estatal; são exemplos a igreja, a família, a escola e a legislação.

No nosso objeto de estudo, os aparelhos ideológicos do Estado são percebidos de maneira pronunciada, visto se tratar de um periódico em braille, editado por uma instituição de ensino estatal, cujo primeiro número foi produzido em pleno Estado Novo, fase ditatorial do governo Getúlio Vargas. A referência ao líder da nação, à época, foi percebida ao longo da primeira RBC, no editorial e em artigos como “Traços da Vida do Presidente Vargas” e “O Presidente Vargas e os Cegos do Brasil”.

Os aparelhos ideológicos buscam regular a sociedade para a manutenção do Estado. Entretanto, essa ação não se dá sem resistência. Onde existe alguma ação em determinado sentido, sempre haverá oposição. Segundo Pêcheux (1997), é no processo de luta entre opostos que se dá a construção discursiva.

O campo de lutas da pessoa com deficiência visual pode ser percebido no tratamento dado pela sociedade à pessoa cega. Em tempos mais remotos, predominava o assistencialismo. Ainda não se percebia esse público como composto de sujeitos capazes. Eles precisavam ser auxiliados, viviam do recebimento de esmolas ou da caridade da igreja, à margem da sociedade, não eram incluídos (Cerqueira, 2009). Segundo Jannuzzi (2017), nas primeiras décadas do Brasil colonial, as Santas Casas de Misericórdia, instituições existentes em Portugal



e trazidas para cá, cuidavam das pessoas pobres e doentes, entre elas as pessoas com deficiência, com a distribuição de donativos.

O tempo passou e as pessoas com deficiência visual conseguiram demonstrar que são capazes de serem sujeitos ativos no corpo social, desde que sejam derrubados os entraves que impeçam o desenvolvimento das suas potencialidades. O embate de forças entre o assistencialismo e o reconhecimento das capacidades da pessoa com deficiência visual pendeu positivamente para o segundo, provocando uma mudança no discurso, que antes estava voltado para a caridade, e hoje visa proporcionar a superação de barreiras. Na RBC analisada no presente artigo, percebeu-se essa modificação em períodos como: “viram-se vários cegos aproveitados na seção Braille do Instituto Benjamin Constant, [...] sem a humilhação de receber o emprego como esmola” (Revista Brasileira para Cegos, 1942, p. 3-4) e “os cegos tiveram abertas as portas de colégios oficiais, conquistando o saber nos mesmos bancos onde se diplomam os seus irmãos com vista” (Revista Brasileira para Cegos, 1942, p. 4).

O materialismo histórico não se daria sem diferentes ideologias em conflito. A pessoa com deficiência visual necessitou de um longo caminho, em oposição ao “senso comum”, para superar o assistencialismo rumo à cidadania. E esse processo não passa ao largo do ato enunciativo. Segundo Pêcheux (1997), são as várias formações ideológicas que, de forma inconsciente ou semiconsciente, fazem com que o indivíduo acredite ser o legítimo proprietário daquilo que diz, sem que se dê conta que seu dizer está inserido na memória discursiva. A exteriorização das ideologias dá-se por meio da formação discursiva (FD), repetida na forma de uma “arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc. [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura” (Pêcheux, 1997, p. 166).

O discurso que o sujeito, para Pêcheux (1997), assujeitado, acredita ser o legítimo possuidor, trazendo consigo uma memória discursiva, é um reflexo do passado. Nessa perspectiva, segundo Orlandi (2009, p. 31), o interdiscurso é “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”. É esse passado que condiciona o dizer, indissociável do ato enunciativo.

No discurso sobre deficiência visual, é o olhar sobre o passado que nos faz perceber o porquê de determinados posicionamentos diante da realidade, como na criação da própria RBC, cujo discurso inicial deixa explícito que é a “primeira iniciativa oficial do gênero” (Revista Brasileira para Cegos, 1942, p. 1), reação a um passado de publicações inacessíveis às pessoas com deficiência.

Para que pudéssemos perceber essa trama de conceitos interligados, necessária à compreensão do caminho trilhado pelas políticas que versam sobre deficiência visual refletidas no discurso da RBC, foi preciso o trabalho do analista do discurso em destacar alguns trechos do corpus, as sequências discursivas (SD), onde estão as marcas do discurso na publi-



cação. Ao tratar do conceito de superfície linguística em seu método automático de análise, Pêcheux (1997, p. 180) traz a dimensão que utilizaremos nas SD como “sequência oral ou escrita de dimensão variável, em geral superior à frase”. É na materialidade das SD que se pretendeu perceber o discurso governamental – na enunciação aparentemente autoral e espontânea da RBC publicada em 1942, mas que é determinada pelos discursos do passado –, deixando suas marcas a serem repetidas no futuro, nas atuais políticas públicas acerca da educação de pessoas com deficiência visual.

4 O discurso da primeira RBC acerca de políticas públicas relacionadas à educação de pessoas com deficiência visual

A primeira *Revista Brasileira para Cegos*, publicada em 1942, possui 72 páginas em braille e está organizada em editorial e sete matérias. Importante ressaltar que, por ser uma publicação dos anos 40, a RBC nº 1 não apresenta a terminologia atual – pessoa com deficiência – ao se referir às pessoas cegas ou com baixa visão, conforme estabelecido pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Brasil, 2009). Nas sequências discursivas e nas citações ao longo do texto, optou-se, para melhor entendimento do contexto histórico, pela manutenção da terminologia original.

Figura 4. Capa da RBC nº 1, 1942



Fonte: Acervo pessoal (2021).



Quadro 1. Sumário da primeira RBC

Editorial, Traços da vida do Presidente Vargas, O Presidente Vargas e os cegos do Brasil, O Ministro da Educação expõe os motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário, Aos brasileiros da quinta coluna, A execução do Tiradentes, Eu bombardeei a Alemanha..., Expressões pitorescas.

Fonte: Revista Brasileira para Cegos, ano I, n. 1 (1942).

Pela observação dos itens do sumário, constantes do quadro 1, percebeu-se que as políticas públicas sobre deficiência visual da época estão calcadas na figura de Getúlio Vargas. Nos anos 40, conforme visto na introdução, o Brasil estava no chamado Estado Novo, período considerado pela historiografia como não democrático (Fernandes, c2022). A existência de um governo de moldes ditatoriais – com farta propaganda positiva em relação à figura do líder e iniciativas como a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), aparelho ideológico do Estado, responsável pelo programa de rádio “A Voz do Brasil” – liga-se à farta menção ao presidente na publicação.

A concentração da política nas mãos de uma única figura pública remete a uma memória discursiva do Brasil Imperial, na qual foi o imperador D. Pedro II, representante perpétuo da nação, quem decidiu pela abertura de duas instituições para a educação de pessoas com deficiência, que são o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant (IBC), pelo Decreto Imperial nº 1428, de 12 de setembro de 1854 (Brasil, 1854), e o Collégio Nacional para Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), em 1856, criado inicialmente como entidade da iniciativa privada, passando no ano seguinte a ser mantido pelo poder público, por força da Lei Imperial nº 939, de 26 de setembro de 1857 (Brasil, 1857).

Outra observação interessante deriva do sumário da publicação. Há uma matéria tratando especificamente do tema ensino, em “O Ministro da Educação expõe os motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário”. Entretanto, não se aborda a temática da educação de pessoas com deficiência. Isso se deve ao fato de não se ter localizado, nos anos 40, registros de uma política pública que tratasse especificamente sobre o tema. A primeira política pública localizada, elaborada pelo executivo federal sobre o tema, foi a Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 1994).

Após a criação dos dois institutos, as únicas outras instituições direcionadas ao público com deficiência na época da edição da primeira RBC são da iniciativa privada: Sociedades Pestalozzi (anos 30) e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (anos 50) (Jannuzzi, 2017).



As iniciativas governamentais pontuais para tratar da temática da deficiência visual, que não faziam parte de um plano específico de governo, estão retratadas na primeira RBC, no editorial e na matéria “O Presidente Vargas e os Cegos do Brasil”. Os trechos selecionados para esse estudo encontram-se abaixo, numerados em Sequências Discursivas (SD), ordenadas de acordo com a sua aparição no texto da primeira RBC.

Quadro 2: Sequências Discursivas

SD	TRECHO SELECIONADO
SD1	“A ‘Revista Brasileira para Cegos’, primeira iniciativa oficial no gênero, visa levar cultura, informação e distração pela leitura, a todos os cegos do Brasil. Distribuída gratuitamente, será uma modalidade de assistência do governo aos brasileiros que não dispõem dos olhos” (Revista Brasileira para Cegos, 1942, p. 1).
SD2	“Todos os atos do governo Vargas relativos aos cegos da nossa terra estão nitidamente impregnados do desejo de transformar os brasileiros sem vista em células vivas da economia nacional” (Revista Brasileira para Cegos, 1942, p. 3).
SD3	“Quando da organização da Lei Eleitoral, o Presidente Getúlio Vargas outorgou sabiamente o direito de voto aos cegos alfabetizados” (Revista Brasileira para Cegos, 1942, p. 3).
SD4	“Mais tarde, já sob a vigência do Estado Novo, o governo do Dr. Getúlio Vargas chama os cegos ao exercício das funções públicas, permitindo-lhes inscrever-se em concursos oficiais [...] sem ter pedido favor a nenhum político e sem a humilhação de receber o emprego como esmola” (Revista Brasileira para Cegos, 1942, p. 3-4).
SD5	“É ainda ao amparo da largueza de vistas dos homens do Governo do Presidente Getúlio Vargas, que, pela primeira vez no Brasil, os cegos tiveram abertas as portas de colégios oficiais, conquistando o saber nos mesmos bancos onde se diplomam os seus irmãos com vista” (Revista Brasileira para Cegos, 1942, p. 4).
SD6	“Foi, finalmente, a pena do Dr. Getúlio Vargas que mandou erigir na Praia Vermelha o suntuoso educandário onde se vai processar a renovação completa da educação dos cegos, no sentido de aparelhá-los para essa participação ativa na sociedade, que lhes tem querido dar o Chefe do Governo” (Revista Brasileira para Cegos, 1942, p. 4-5).

Fonte: Adaptado de Revista Brasileira para Cegos, ano I, n. 1 (1942).

Nas SD apresentadas, percebeu-se o deslizamento de um discurso assistencialista, calcado no governo como um ente benevolente que concede, que dá aquilo que a pessoa com deficiência visual precisa, para o prenúncio de um discurso de inclusão desse público na sociedade, como forma de reconhecimento de suas potencialidades. Os dois discursos se misturam, são indicadores do materialismo histórico em pleno funcionamento. Como efeito de sentido, percebeu-se um deslocamento semelhante, décadas a frente, da política pública de 1994, com a utilização do termo “portador de deficiência”, que remete ao discurso assistencialista, para as políticas de 2008 e 2020, com o emprego da terminologia “pessoa com deficiência”, direcionada à inclusão. Dessa forma, quase oito décadas depois da publicação da primeira RBC, ainda se observa uma transição terminológica entre o assistencialismo e a sociedade inclusiva.



As SD 1 até 5 apresentam os termos “modalidade de assistência”, “outorgou”, “permitindo-lhes”, “tiveram abertas”. Aqui o assistencialismo está presente. A distribuição da revista, em momento inicial, é assistência aos cegos. O direito das pessoas cegas de votar foi outorgado. O acesso aos cargos públicos foi permitido, e as portas das escolas para os alunos sem deficiência foram abertas. Os verbos traduzem a ideia de concessão, que fica mais evidente com a transposição das SD para a voz passiva. Pelos termos apresentados, a pessoa cega recebeu as benesses do governo. Isso remete, como memória discursiva, ao período em que não tinham suas capacidades reconhecidas, necessitando de auxílio de entes como a Igreja e o Estado.

Entretanto, a observação das SD permite identificar um outro aspecto. Os direitos são, sim, concedidos, mas em função do reconhecimento das potencialidades da pessoa com deficiência. Em “desejo de transformar os brasileiros sem vista em células vivas da economia nacional” (SD2), fica perceptível a transição do discurso, pois “há um desejo” de “transformar”. Nesse período, vislumbra-se a mudança da realidade, com as pessoas cegas em outro patamar, não mais dependentes de assistência, mas participando da população economicamente ativa.

Para tanto, “chama os cegos ao exercício das funções públicas, permitindo-lhes inscrever-se em concursos oficiais” (SD4). Apesar do verbo exprimindo concessão (permissão), o Estado reconhece a capacidade para o trabalho no setor público. O sentimento de vitória pela afirmação da pessoa com deficiência é expresso pelo editor da RBC, em “sem ter pedido favor a nenhum político e sem a humilhação de receber o emprego como esmola” (SD4) (grifo nosso). A expressão “emprego como esmola” denota a rejeição ao antigo discurso assistencialista. A pessoa com deficiência quer lutar de forma equitativa por um emprego, quer concorrer aos cargos públicos com as pessoas sem deficiência.

E como a pessoa com deficiência visual irá ser provida dos meios para participar ativamente da sociedade? Por intermédio da educação, que é retratada na primeira RBC de duas maneiras. Aqui há indícios, apontados pela RBC, nos longínquos anos 40, de dois caminhos a serem trilhados na educação de pessoas com deficiência, discurso a ser trabalhado apenas décadas depois da RBC número 1: educação especializada, concentrada em instituições específicas, como o Instituto Benjamin Constant (SD6), e educação inclusiva, pulverizada nas instituições que atendem aos alunos sem deficiência (SD5). Nesse sentido, apresenta um prenúncio do que será estabelecido nas políticas de 1994 (educação especializada), 2008 (educação inclusiva) e 2020 (híbrida).

O primeiro periódico para pessoas com deficiência visual relata que “pela primeira vez no Brasil, os cegos tiveram abertas as portas de colégios oficiais, conquistando o saber nos mesmos bancos onde se diplomam os seus irmãos com vista” (SD5) (grifo nosso). Segundo a RBC, foi no governo de Getúlio Vargas que as pessoas cegas tiveram acesso às escolas para os



alunos sem deficiência. Essa ação pode ser considerada um embrião do que se entende hoje por educação inclusiva, consagrada como política pública oficial em 2008, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008 (Brasil, 2008). Não há na revista maiores explicações sobre uma política de acessibilidade nas instituições de ensino comuns para atender a esse público, adequações nas metodologias de ensino etc. A notícia expressa no periódico, com o verbo concessivo “tiveram acesso”, exprime a ideia de permitir a entrada, somente.

A revista aborda mais detidamente a educação no Instituto Benjamin Constant no trecho que fala das reformas para ampliação do prédio do IBC, realizadas entre 1937 e 1944 (Instituto Benjamin Constant, 2007): “Foi, finalmente, a pena do Dr. Getúlio Vargas, que mandou erigir na Praia Vermelha o suntuoso educandário onde se vai processar a renovação completa da educação dos cegos, no sentido de aparelhá-los para essa participação ativa na sociedade” (SD6) (grifo nosso).

Ainda, a primeira edição da RBC afirma que para que os cegos possam votar (somente os alfabetizados) e ser empregados é necessário um processo educacional que promova uma educação renovada, capaz de desenvolver as capacidades da pessoa cega, uma educação a ser ministrada pelo IBC. O adjetivo “suntuoso” mostra que não haverá economia de recursos para a concretização desse objetivo. Nota-se que, apesar da abertura para a entrada de pessoas com deficiência em escolas comuns, a educação desse alunado, de fato, continuará sendo ministrada em uma escola especializada. O modelo educacional retratado aqui, da manutenção de instituições específicas para cada deficiência, foi repetido semanticamente na Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 1994).

A existência de uma única instituição para a educação do público com deficiência visual é espelhada no *Institut National des Jeunes Aveugles*, criado em Paris em 1784 (Cerqueira, 2009) e que serviu de inspiração para a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual IBC. Entretanto, já nos anos 40, pela narrativa da RBC, há uma abertura para a entrada de alunos com deficiência em escolas regulares, o que hoje se entende por educação inclusiva. A primeira RBC mostra que esses dois discursos coexistiam (escola especializada e escola inclusiva), aparentemente sem embates. A oposição entre a escola especial e a escola inclusiva se dará décadas à frente, com a política de 2008 contrapondo-se à de 1994 e a política de 2020 propondo a aplicação do modelo educacional mais adequado às especificidades do alunado.

Na época atual, os discursos acerca da educação especializada e da educação inclusiva não apresentam a mesma existência pacífica de outrora. Nota-se que há uma tendência em considerar a educação especializada como uma política já superada, na qual se afirma que as pessoas com deficiência visual ficam segregadas do convívio dos demais estudantes.



Essa oposição fica clara nas críticas feitas por especialistas e associações de pessoas com deficiência ao Decreto nº 10.502/2020 (Brasil, 2020), que versava, entre outras diretrizes, sobre a opção dos responsáveis pela matrícula dos alunos em escola especializada ou na rede regular de ensino (escola inclusiva).

Retornando à primeira RBC, percebe-se que os discursos acerca das políticas públicas sobre deficiência visual presentes no periódico deixam três marcas discursivas distintas, que são: a superação, em curso, do assistencialismo; a educação especializada calcada no Instituto Benjamin Constant; e a educação inclusiva, ainda incipiente. Essas marcas dialogam com o conceito de formação discursiva de Pêcheux (1997), visto que se apresentam como aquilo que pode ser dito em uma determinada conjuntura ideológica que é dada pela sociedade. Dialogam também com o interdiscurso (memória discursiva) ao trazerem seus reflexos para a atualidade, verificados na concepção das políticas públicas contemporâneas sobre as pessoas com deficiência.

Assim, no assistencialismo, a memória discursiva traz as SD com formação discursiva concessiva, pois a sociedade precisa auxiliar as pessoas com deficiência visual, sem, contudo, capacitá-las para serem independentes. Já o discurso sobre educação especializada transita para o reconhecimento das capacidades desse público, mas há a necessidade da educação ministrada em uma instituição específica para os objetivos serem atingidos. Nessa perspectiva, estão presentes as SD com formação discursiva de defesa do Instituto Benjamin Constant, instituição especializada para pessoas com deficiência visual. Por último, há a educação inclusiva, com a defesa da convivência, no mesmo ambiente educacional, de pessoas com e sem deficiência. A RBC não se estende sobre a temática da inclusão, mas lança a ideia, com uma SD ainda concessiva, no sentido de permissão para a abertura dos colégios oficiais aos alunos com deficiência visual.

Considerações finais

O presente trabalho dedicou-se à análise da primeira *Revista Brasileira para Cegos* (1942), visando perceber como ocorreu a construção do discurso da publicação, refletindo as políticas públicas direcionadas à educação de pessoas com deficiência visual implementadas na época, com seus efeitos de sentido percebidos nas principais iniciativas adotadas pelo Poder Executivo Federal, a partir dos anos 90.

A análise do corpus revelou que o conteúdo sobre as ações governamentais ligadas à temática da deficiência visual, nos anos 40, traz consigo marcas discursivas de diferentes políticas públicas (assistencialismo, educação especializada, educação inclusiva), cujo embate produziu efeitos materializados na consolidação dos direitos desse público. Esse processo de choque constitutivo continua nos dias de hoje, refletido nas políticas públicas de 1994, 2008 e 2020.



A relação conflitante entre a memória discursiva sobre o assistencialismo, que até certo momento histórico foi dominante, e a participação efetiva da pessoa com deficiência visual na sociedade, com direito ao voto, ao emprego e à educação, foi percebida no discurso da primeira RBC. As páginas da publicação revelaram um momento de transição, com ações governamentais sendo implementadas para estimular a participação das pessoas cegas e com baixa visão nos atos da vida civil. Entretanto, como um discurso em processo de mudança ainda incompleto, tratou as ações como concessões às pessoas com deficiência visual.

Na esteira da evolução dos direitos das pessoas com deficiência, percebida na primeira RBC, a educação foi um ponto chave, pois por meio dela haveria o distanciamento do assistencialismo em direção à autonomia e à independência. Esse sensível assunto foi abordado na publicação, tangenciando uma questão que atravessará as décadas seguintes, e que virá a ser a discussão sobre o modelo de educação das pessoas com deficiência. Essa educação será centralizada nas escolas especializadas, como é o caso do IBC? Ou descentralizada nas instituições de ensino que atendem a alunos sem deficiência?

A análise da primeira RBC revelou que os direitos da pessoa com deficiência trilham – e ainda trilham – um longo caminho em direção ao reconhecimento pleno. Na revista de 1942, o reconhecimento de direitos básicos, como o voto para os cegos alfabetizados e o acesso aos cargos públicos foram conquistas comemoradas no periódico. Mostrou-se nela um embate de forças que gera seus efeitos ao longo do tempo na disputa entre a pessoa com deficiência visual e a sociedade – em que o primeiro almeja uma participação mais efetiva, com educação, trabalho e direitos políticos garantidos, em oposição ao segundo, que precisa compreender as diferenças, reconhecer capacidades e eliminar barreiras para que a pessoa com deficiência visual possa participar efetivamente da vida social.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença: Martins Fontes, 1980.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 set. 2024.

BRASIL. *Decreto nº 1.428 – de 12 de Setembro de 1854*. Crea nesta Côrte hum Instituto denominado Imperial Instituto dos meninos cegos. Rio de Janeiro: [s. n.], 1854. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1428-12-setembro-1854-508506-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 mar. 2022.



BRASIL. *Lei nº 939 – de 26 de setembro de 1857*. Fixando a Despesa e orçando a Receita para o exercício de 1858-1859. Rio de Janeiro: [s. n.], 1857. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-939-26-setembro-1857-557839-publicacaooriginal-78539-pl.html>. Acesso em: 02 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília, DF: MEC, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 23 set. 2023.

BRASIL. *Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009*. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 13 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *Grafia Braille para a Língua Portuguesa*. 3. ed. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. *Decreto nº 10.503, de 30 de setembro de 2020*. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm. Acesso em: 02 mar. 2022.

BRASIL. *Decreto nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023*. Revoga o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11370.htm. Acesso em: 13 out. 2023.

CERQUEIRA, Jonir Bechara. O Legado de Louis Braille. *Benjamin Constant*, Rio de Janeiro, Ed. Especial, n. 2, out/2009. Disponível em: <http://revista.abc.gov.br/index.php/BC/issue/view/53>. Acesso em: 02 mar. 2022.

FERNANDES, Cláudio. O que foi o Estado Novo?. In: BRASIL ESCOLA. [S. l.: UOL], c2022. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-estado-novo.htm>. Acesso em: 01 mar. 2022.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. *Instituto Benjamin Constant - 150 Anos*. Rio de Janeiro: MEC, 2007.



JANNUZZI, Gilberta de Martino. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 2017.

MACEDO, Stephanie. Políticas Públicas: o que são e para que existem. In: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SERGIPE. Aracaju, 16 nov. 2018. Disponível em: <https://al.se.leg.br/politicas-publicas-o-que-sao-e-para-que-existem/>. Acesso em: 13 out. 2023.

MARXISMO-Leninismo. In: ARQUIVO Marxista na Internet. [S. l.: MIA, c2021]. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/m/marxismo_leninismo.htm. Acesso em: 03 set. 2021.

MOURA, Jefferson Gomes de. *A Memória sobre Deficiência Visual na Revista Brasileira para Cegos (RBC)*. Orientadora: Evelyn Goyannes Dill Orrico. 2020. 104 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.repositoriobc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/13103/Diss%20461%20%20JEFFERSON%20GOMES%20DE%20MOURA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 set. 2024.

MOURA, Ranielle Leal. História das Revistas Brasileiras – informação e entretenimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 8., Guarapuava, PR, 2011. *Anais [...]*. [S. l.]: Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia, 2011. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1KtMsLEBQKqB9l6s8l87g6W0BkbdDbvh9/view>. Acesso em: 07 jul. 2024.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PUBLICAÇÕES do IBC. In: INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. [Rio de Janeiro], 2 nov. 2013. Disponível em: <http://antigo.abc.gov.br/publicacoes>. Acesso em: 03 set. 2021.

REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, ano I, n. 1, abr. 1942.

Recebido em: 31.3.2024

Revisado em: 19.4.2024

Aprovado em: 26.8.2024